

País assina acordo da dívida com bancos

29 NOV 1993

extra

ESTADO DE SÃO PAULO

Norma Albano/AE — 10/9/93

Novo acerto não encerra crise brasileira no setor, por causa das dúvidas sobre aceitação do programa de estabilização que será apresentado esta semana pelo ministro da Fazenda

PAULO SOTERO

Correspondente

TORONTO, Canadá — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e os representantes dos principais bancos credores do Brasil assinam hoje no Canadá o acordo de reestruturação e redução de US\$ 35 bilhões da dívida externa brasileira de médio e longo prazos. O ministro chegou ontem à tarde à imponente capital financeira do país, depois de passar o fim de semana em Nova York.

No início da noite, teve um encontro com o ministro canadense do Comércio, Roy McLaren, e foi em seguida homenageado com um jantar oferecido pelo governo de Ottawa. Hoje ele toma café da manhã com empresários e se reúne com William R. Rhodes, o vice-presidente do Citibank, o maior credor individual do País e coordenador das negociações do lado dos bancos.

A assinatura ocorrerá em Toronto para contornar um regulamento adotado pelos EUA para dificultar lavagem de dinheiro e que proíbe os bancos norte-americanos de ter em carteira títulos ao portador emitidos no país.

A cerimônia será realizada às 11 horas no Hotel Four Season, a dez quadras do Sheraton, o local onde 11 anos e dois meses atrás o mundo tomou conhecimento da crise da dívida do Terceiro Mundo, durante uma assembléia anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

O acordo, que foi negociado nos últimos dois anos e meio, substituirá um outro, que o governo Sarney firmou em setembro de 1988 para por fim à moratória que decretara em fevereiro do ano anterior — e descumpriu em meados de 1989.

Em princípio, o novo acerto deveria encerrar a "crise da dívida brasileira". Mas as dúvidas sobre a aceita-

ção e implementação do programa de austeridade que Fernando Henrique apresentará esta semana ao País põem em dúvida este desfecho. Os repetidos fracassos de sucessivos governos de eliminar o déficit fiscal, restaurar o crédito público e conter a inflação explicam o colapso dos acordos e as duas moratórias da dívida feitas pelo Brasil.

Embora a cerimônia de hoje represente um importante passo nos

esforços do País de normalizar relações com a comunidade financeira internacional, a assinatura não é garantia de que o acordo vingará. Para que isso ocorra, o governo terá de, nas próximas semanas, convencer o Congresso, os agentes econômicos, a opinião pública brasileira e, finalmente, o FMI sobre a consistência e viabilidade política de seu programa, algo que equipes econômicas não conseguiram. Sem o aval do FMI, o Tesouro americano não venderá ao governo os aproximadamente US\$ 2,8 bilhões

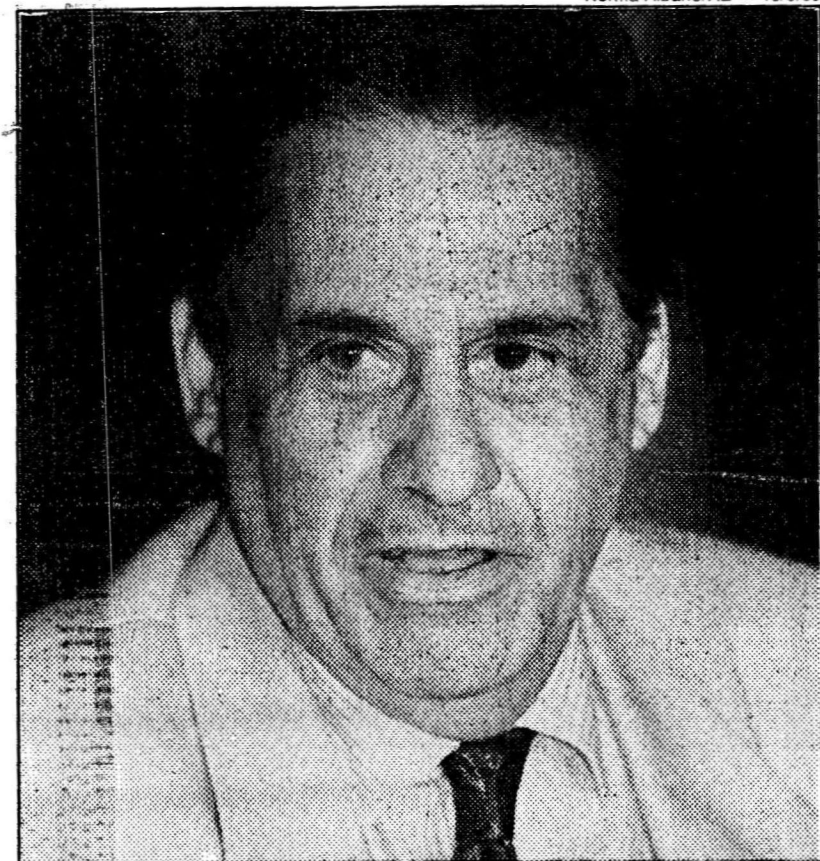
em títulos que ficarão sob custódia do Banco Central dos EUA, como garantia brasileira aos credores. Nesse cenário, o acordo ficará num limbo e não entrará em vigor.

Cansados da crise brasileira, os bancos estão interessadíssimos em concretizar o negócio. É com esse espírito que seus representantes celebrarão a assinatura do acordo, num almoço do qual participarão, além do ministro, o presidente do BC, Pedro Malan (que ne-

gociou com os credores), o negociador demissionário André Lara Resende, e os embaixadores do Brasil no Canadá, Sérgio Duarte, e nos Estados Unidos, Paulo Tarso Flecha de Lima, que veio especialmente para a

ocasião. Mas a debilidade política do governo Itamar e o efeito paralisante da investigação dos escândalos não inspiram confiança ou otimismo nos meios financeiros oficiais e privados americanos sobre as chances de sucesso da nova tentativa de estabilização da economia brasileira.

TESOURO
DOS EUA
EXIGE AVAL
DO FMI



Cardoso: esforços para superar o pessimismo dos meios financeiros